



JORGE LUIZ DA SILVA NASCIMENTO

**ALTERNATIVAS DE ETNODESENVOLVIMENTO NA
COMUNIDADE CHÁCARA DAS ROSAS EM CANOAS/RS:
UM ESTUDO DE MEMÓRIA SOCIAL**

CANOAS, 2018

JORGE LUIZ DA SILVA NASCIMENTO

**ALTERNATIVAS DE ETNODESENVOLVIMENTO NA
COMUNIDADE CHÁCARA DAS ROSAS EM CANOAS/RS:
UM ESTUDO DE MEMÓRIA SOCIAL**

Relatório de Pesquisa apresentado à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – Unilasalle, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Graeff

CANOAS, 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N244a Nascimento, Jorge Luiz da Silva.

Alternativas de etnodesenvolvimento na comunidade Chácara das Rosas em Canoas-RS [manuscrito]: um estudo de memória social / Jorge Luiz da Silva Nascimento – 2018.

46 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2018.

“Orientação: Prof. Dr. Lucas Graeff”.

1. Memória social. 2. Quilombo urbano. 3. Etnodesenvolvimento.
I. Graeff, Lucas. III. Título.

CDU: 39(=414) (81)

Bibliotecário responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

JORGE LUIZ DA SILVA NASCIMENTO

**ALTERNATIVAS DE ETNODESENVOLVIMENTO NA
COMUNIDADE CHÁCARA DAS ROSAS EM CANOAS/RS:
UM ESTUDO DE MEMÓRIA SOCIAL**

Aprovado pela banca examinadora em 16 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Lucas Graeff
Orientador – Universidade La Salle

Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
Universidade La Salle

Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Borges
Universidade La Salle

Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Castilhos Fernandes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

A comunidade Chácara das Rosas de Canoas é a uma das primeiras comunidades tituladas remanescentes de quilombo no quadro das políticas públicas brasileiras (NASCIMENTO; GRAEFF, 2016). Com a participação política de suas lideranças, vem protagonizando o rompimento com experiências de segregação e invisibilidade social. Neste trabalho, apresenta-se um vídeo-piloto sobre a comunidade com vistas à qualificação de suas demandas sociais e ampliação das suas alternativas de etnodesenvolvimento (STAVENHAGEN, 1984). O vídeo é o resultado parcial da pesquisa de mestrado profissional intitulada "Alternativas de etnodesenvolvimento na comunidade Chácara das Rosas em Canoas/RS: um estudo de memória social", desenvolvida pelo autor desta comunicação desde março de 2017. Como o título da pesquisa indica, o objetivo é identificar as alternativas de etnodesenvolvimento da comunidade remanescente de quilombo Chácara das Rosas, em Canoas/RS. Mais especificamente, busca-se: 1) compreender a gênese da Chácara das Rosas e seu processo de transformação em comunidade remanescente de quilombos sob o ponto de vista de seus habitantes; 2) mapear e descrever as atividades etnodesenvolvimentistas praticadas pela comunidade; 3) analisar criticamente as atividades etnodesenvolvimentistas da Chácara das Rosas, avaliando a sua viabilidade para outras comunidades remanescentes de quilombo no Rio Grande do Sul ou no Brasil; e 4) gerar um curso de extensão sobre alternativas de etnodesenvolvimento, protagonizada pelo autor da pesquisa em parceria com as lideranças da comunidade estudada, com vistas a capacitar outras comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul e no Brasil. O vídeo-piloto que é objeto desta comunicação retrata os avanços desses objetivos específicos ao longo dos meses de maio, junho e julho de 2017. Os resultados parciais indicam que a comunidade vem se empoderando com as discussões sobre etnodesenvolvimento, prevendo a realização não apenas do curso de extensão previsto pelo projeto de pesquisa em mestrado profissional, mas seminários e ações pontuais com vistas à tomada de consciência da importância histórica, social e memorial do quilombo.

Palavras-Chave: Quilombo urbano, Etnodesenvolvimento; Memória Social.

ABSTRACT

Chácara das Rosas (Farm of Roses), a community located in the city of Canoas, State of Rio Grande do Sul, is one of the first *quilombo*'s remaining titled communities inserted in the Brazilian public policies (NASCIMENTO; GRAEFF, 2016). Due to the political participation of its leaders, it has acted as the protagonist of the breaking off with experiences of segregation and social invisibility. In this paper, we present a trial video about the community aiming also the qualification of its social demands as the expansion of its ethno-development alternatives (STAVENHAGEM, 1984). The video is the partial result of an academic research under development since March 2017 entitled "*Alternativas de etnodesenvolvimento na comunidade Chácara das Rosas em Canoas/RS: um estudo de memória social*" (Ethno-development alternatives in Farm of Roses community, Canoas-RS: a study of social memory). As the title indicates, the purpose of the research is to identify ethno-development alternatives as to the remaining *quilombo* community *Chácara das Rosas*. More specifically, the search addresses to: 1) understand the genesis of Chácara das Rosas and its transformation process into a *quilombo* remaining community from the standpoint of its inhabitants; 2) map and describe the ethno-developmental activities employed by the community; 3) analyze the ethno-developmental activities of *Chácara das Rosas*, assessing the feasibility of their use by other *quilombo*'s remaining communities whether in the state of Rio Grande do Sul or in Brazil; and 4) create an extension course on ethno-development alternatives, organized by the researcher in partnership with the community leaders, with the aim to qualify other *quilombo* communities in the state of Rio Grande do Sul and throughout Brazil. The trial video mentioned here depicts the progress of the specific goals listed above over the months of May, June and July 2017. The partial results indicate that the community is becoming empowered by discussions on ethno-development, which strengthens the motive not only to create the extension course provided by the research project but also to adopt seminars and occasional actions addressed to the *quilombo* awareness as for its historical, social and memory importance.

Keywords: Urban *quilombo*; Ethno-development; Social Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem antiga do Quilombo Chácara das Rosas.....	21
Figura 2 – Imagem atual Quilombo Chácara das Rosas (2017).....	22
Figura 3 – Mapa atual do Quilombo Chácara das Rosas (2017).....	24
Figura 4 – Maria do Carmo de Jesus, “Tia Carminha” (2017).....	27
Figura 5 – Isabel Cristina Genelício.....	28
Figura 6 – Giane de Jesus.....	28
Figura 7 – Cláudia Luana Lourenço.....	29
Figura 8 – Tio Tonho.....	29
Figura 9 – Eduardo Genelício.....	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1	Memória Social, Um Campo de Estudos.....	12
2.2	Memória Social e Povos de Origem Africana: Identidade e Autoreconhecimento.....	14
2.3	Etnodesenvolvimento Como Estratégia de Duração Social Para Comunidades Remanescentes de Quilombo.....	16
3	OS CAMINHOS DA PESQUISA NA COMUNIDADE CHÁCARA DAS ROSAS.....	19
3.1	A comunidade Chácara das Rosas.....	20
3.2	Racismo, Memória, Autoreconhecimento e Infraestrutura: Tema-chaves Oriundos e Discutidos ao Longo da Pesquisa.....	25
3.3	Audiovisual Sistematizando a Pesquisa.....	33
4	PERSPECTIVAS DE INTERAÇÃO DO ETNODESENVOLVIMENTO SOB O PONTO DE VISTA DA LIDERANÇA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DAS ROSAS E DO PESQUISADOR.....	34
4.1	Cartilha e Curso de Capacitação em Etnodesenvolvimento Para Comunidades Remanescentes de Quilombo – Modelo Lei Rouanet.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa-ação em Memória Social que procurou identificar e analisar alternativas de etnodesenvolvimento para comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, tomando como campo de experiência a comunidade Chácara das Rosas, em Canoas no Rio Grande do Sul. A premissa geral é que as práticas de etnodesenvolvimento utilizadas pela comunidade Chácara das Rosas, bem como possíveis alternativas desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa-ação, estabelecem um campo de possibilidades para outras comunidades remanescentes de quilombo no País.

A comunidade Chácara das Rosas de Canoas/RS é a uma das primeiras comunidades tituladas remanescentes de quilombo no quadro das políticas públicas brasileiras (NASCIMENTO; GRAEFF, 2016). Originalmente, o termo quilombo foi utilizado por povos nômades, ou então pequenos acampamentos de comerciantes. Com o início da escravidão, os escravos adotaram o termo para indicar o lugar para onde fugiam. Foi no Brasil que o termo ganhou o sentido que tem atualmente. Segundo as pesquisadoras Alessandra Schmitt, Maria Cecília Turatti e Maria Celina de Carvalho, o Conselho Ultramarino referiu-se aos quilombos como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 130). Era o ano de 1740, mas essa caracterização perpetuou-se. Ainda segundo as autoras, historiadores como Artur Ramos e Edson Carneiro seguiram adotando essa definição até meados dos anos 1970. A principal característica entre os autores defensores deste conceito é atribuir aos quilombos um tempo histórico passado, sedimentando sua existência no período em que vigorou a escravidão no Brasil. Em razão deste posicionamento, marcaram-se a expressão quilombo como a contraposição ao sistema escravista, presente em determinadas áreas do espaço geográfico brasileiro, como locais de resistência e de isolamento da população negra.

A definição anterior de quilombo foi importante para a discussão da escravidão e da cultura afrobrasileira. Foi ela que “fundamentou a luta política ao redor das reivindicações da população rural negra que, vinha sendo expropriada continuamente, e se posicionou feito um segmento específico no cenário dos movimentos sociais. Sob este foco, a denominação quilombo se impôs no contexto da elaboração da Constituição Federal de 1988” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 131). Ainda assim, pode-se argumentar que, assim definido, o quilombo não se apresenta em suas relações dinâmicas com a sociedade. A

percepção restrita que se atribui a essas comunidades negras revela, concretamente, a invisibilidade da matriz africana. Ao mesmo tempo, relativiza os efeitos da escravidão na civilização brasileira. Agrega-se a esta situação invisível o resultado de não existir política estatal capaz de regularizar as posses de terras.

Ora, esse quadro muda sob o prisma interpretativo da autonomia e da autoafirmação. Os grupos atuais de comunidades remanescentes de quilombos se reconhecem pela ocupação de terras ociosas, herdadas, doadas e/ou adquiridas como pagamento por serviços prestados ao Estado. Nesse quadro, a Constituição Federal de 1988, artigo 68, oferece guarida à regulamentação de terras de quilombolas. Isso em virtude da luta de movimentos negros em busca de reconhecimento na chamada Constituição Cidadã. Os movimentos sociais e políticos, por sua vez, provocaram uma crise dos conceitos acadêmicos clássicos que predominavam na historiografia sobre a escravidão. Uma nova ordem conceitual impôs-se, ampliando o horizonte de direitos de grupos que, atualmente, buscam a titulação de suas terras e a afirmação de sua cidadania. Essa nova ordem conceitual considera não mais os traços históricos de uma ocupação de lugares específicos, mas a autoafirmação de remanescente de quilombo – isto é, uma identidade social e étnica por compartilhada por comunidades negras vivendo não necessariamente em terras conquistadas ou efetivamente habitadas conforme a definição de quilombo do século XVIII, mas segundo práticas de resistência que garantem a manutenção e reprodução de seus modos de vida, de crer e de ser.

É nesse movimento histórico que a organização e a luta da Comunidade Chácara das Rosas obteve a primeira titulação de quilombo urbano no Brasil. Fundada no início do século XX, por Rosa Barbosa de Jesus (falecida) e João Genelicio (falecido), descendentes de escravos, a Comunidade inseriu-se no panorama social e na economia locais por meio de sua presença centralizada na cidade de Canoas/RS e de suas atividades de artesanato, religiosas e de agricultura familiar. Ao longo dos anos, a Comunidade Chácara das Rosas destacou-se, sobretudo, pela sua capacidade de resistir à pressão da especulação imobiliária e aos preconceitos raciais. A maior parte das famílias que compõem a comunidade são discriminadas e já sofreram injúrias raciais – como atesta o laudo antropológico que se encontra na origem da titulação, destacando que local era chamado de “Planeta dos Macacos” por moradores das redondezas.

Entre o final dos anos de 1990 e o ano de 2006, com a participação política de suas lideranças, a Comunidade protagoniza o rompimento com experiências de segregação e invisibilidade social. À luta das lideranças, somou-se o trabalho da equipe do Núcleo de

Antropologia e Cidadanias (NACI), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que resultou na definição e no autoreconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, tornando-se a primeira a obter a titulação no Brasil. Na sequência, outros casos exemplares deram-se no Brasil e no Rio Grande do Sul, particularmente três casos situados na cidade de Mostardas/RS (Colodianos, Teixeiras e Limoeiro) e na cidade de Porto Alegre (Família Silva, Luiz Guaranha, Alpes e Família Fideliz). Juntas, essas comunidades estabeleceram um paradigma de reconhecimento social e de lutas políticas pela cidadania e constitui um marco na constituição e preservação da memória social do negro no Brasil.

Mas o que fazer após a titulação? Como desenvolver uma vida boa, qualificada, sem perder de vista as heranças históricas e memoriais? O problema de pesquisa que deu origem a este trabalho inscreveu-se aí, na interseção do papel histórico da comunidade, de sua mobilização pela memória coletiva do grupo e de suas lutas pela reprodução material de suas condições de existência. O que se buscou saber foi, dentre as atividades e práticas das famílias que vivem na Comunidade Chácara das Rosas, quais alternativas são fundamentais para o seu “etnodesenvolvimento”. Em outras palavras, fundamentais no sentido de responder às necessidades de geração e renda ou de subsistência mantendo o “diferencial sociocultural” da comunidade (STAVENHAGEN, 1984).

O objetivo geral da pesquisa foi, portanto, identificar as alternativas de etnodesenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombo Chácara das Rosas, em Canoas/RS. Mais especificamente, buscou-se:

- Compreender a gênese da Chácara das Rosas e seu processo de transformação em comunidade remanescente de quilombos sob o ponto de vista de seus habitantes;
- Mapear e descrever as atividades etnodesenvolvimentistas praticadas pela comunidade;
- Analisar criticamente as atividades etnodesenvolvimentistas da Chácara das Rosas, avaliando a sua viabilidade para outras comunidades remanescentes de quilombo no Rio Grande do Sul ou no Brasil; e
- Gerar um curso de extensão sobre alternativas de etnodesenvolvimento, protagonizada pelo autor da pesquisa em parceria com as lideranças da comunidade estudada, com vistas a capacitar outras comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul e no Brasil.

A relevância da pesquisa foi justificada por algumas razões. Antes de tudo, considerou-se o seu contexto sociohistórico: o modelo de desenvolvimento econômico e social hegemônico que norteia a vida brasileira ainda hoje desencadeia assimetrias

econômicas, sociais e etno-raciais (CAMARGO, 2010). Ora, isso deriva não apenas da formação atual do capitalismo na sociedade brasileira, mas de suas raízes históricas, que tendem a inscrever a população de ascendência africana na margem da vida social, vivenciando uma humanidade subalterna ou de concessão.

Uma segunda razão é o papel do etnodesenvolvimento praticado por descendentes da matriz africana instalados em terras brasileiras: muitas de suas formas de organização laboral e das relações de produção, de venda, de compra, de troca e de produção de vida envolvem o reconhecimento do Outro e da natureza, matizando a reprodução social das mazelas históricas produzidas pelo capitalismo. As estratégias de organização comunitária operam, nesse sentido, na atualização de uma memória social, compartilhada, e simbolicamente significativa para outros grupos étnicos (SILVA; SILVA, 2011).

A terceira razão foi científica: o estudo contribui diretamente para as pesquisas da Linha Memória e Gestão Cultural na medida em que trouxe à baila formas de gestão e produção da cultura que não são facilmente encontráveis em equipamentos e espaços culturais que não são ocupados ou frequentados pela população negra. Ao destacar essas novas formas de gestão e produção, este trabalho favorece a circulação de um sistema de valores, crenças e ideias originais; um sistema que estabelece um horizonte ético e uma estética para o viver coletivo pautado pela valorização da vida humana, da natureza e da relação entre os mundos material e imaterial.

Por fim, uma razão de ordem pessoal: o autor deste estudo tem longa trajetória tanto no paradigma da afrocentricidade, quanto no conceito do etnodesenvolvimento. São mais de dez anos de experiências em formulação execução de projetos de educação popular tematizando as políticas públicas brasileiras tanto nos Estados, quanto na esfera Federal. Junto ao movimento social negro, o pesquisador exerce seu protagonismo em docência e ensino de temas socioculturais. Somada ao presente trabalho de pesquisa, sua expertise rendeu um convite para realizar a oficina de preparação dos movimentos sociais negros MNU, ANCAT, Administração Pública no FSM (Rede Brasil e Plano territorial de etnodesenvolvimento 2018).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo organiza-se conceitualmente na interlocução entre memória social e etnodesenvolvimento. Neste capítulo, são apresentadas a apreensão crítica desses dois campos de estudos com vistas à formulação de um entendimento operatório para obtenção e discussão dos dados e resultados de pesquisa.

2.1 Memória Social, Um Campo de Estudos

No último período que compreende o final do século XX e início do século XXI, presencia-se no mundo todo um enaltecimento da memória (HUYSSSEN, 2012). Esse movimento relaciona-se, entre outros processos e eventos históricos, aos movimentos pós-coloniais, que destacaram as tensões memoriais dos grupos e populações oprimidas em países como a França, por meio das leis memoriais (CRUZ, 2014). No Brasil, também impõe-se o enaltecimento da memória e das lutas pelos sentidos da história. Considerando a juventude de sua democracia e a herança de seu passado de país colonizado por um país europeu, a sociedade brasileira depende de significados compartilhados para se estabelecer como um Estado-Nação, digno de sua grandeza e posição geográfica (SILVA; SILVA, 2011).

Para além das particularidades regionais e das circunstâncias históricas de formação das sociedades contemporâneas ocidentais, o Brasil entre elas, as discussões sobre memória social envolvem verdadeiros embates (POLLAK, 1992). Não poderia ser diferente: quer seja no senso comum ou entre grandes autores como Halbwachs (2006) e Candau (2011), memória e identidade são tratadas conjuntamente. Tudo se passa como se, para se afirmar no tempo e no espaço, uma dada sociedade dependesse da qualidade de suas memórias compartilhadas ou coletivas. De acordo com Jedlowski (2005), por exemplo, a memória coletiva tem como objetivo manter a identidade e coesão de um grupo social. Contudo, a determinação do conteúdo da memória coletiva não ocorre sem conflito. Assim, em face da maior a complexidade de uma sociedade e maior o número de grupos competindo para dominá-la, mais o passado é submetido a estratégias de imposição que mais se adéquam aos interesses dominantes.

Por outro lado, a memória não deve se confundir com a identidade. Como sugere Jô Gondar (2005) a memória é dispare, dialética e, em algumas vertentes, mistificadora. Por isso, para a autora, “pensar a memória como uma identidade ou uma reconstrução racional do

passado é um ‘posicionamento político’, assim como seria pensá-la em termos de relações de poder” (GONDAR, 2005, p. 16).

Pensado em termos interdisciplinares, o conceito de memória social é de difícil definição. Afinal, “como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente” (GONDAR, 2005, p. 15). Talvez mais do que interdisciplinar, a memória social é um campo transdisciplinar, “propondo novos discursos e novas práticas de pesquisa” (GONDAR, 2005, p. 15) e sendo abordado no cruzamento de disciplinas como a sociologia, a antropologia, a filosofia, a história e a literatura. Tome-se lembrança qualquer, um monumento ou um documento: ao serem atualizados, são filtrados e repaginados por uma vontade – subjetiva, de classe, política – indicando não apenas “razões para recomeçar” (GRAEFF, 2010), mas interesses de perpetuação (GONDAR, 2005).

Dito de outra maneira, desta vez com Pollak (1992), a memória não é apenas eletiva, mas define limites e exalta fatos. Disso decorre que a memória, individual ou coletiva, remete-se a fatos vividos, a experiências narradas, a discursos institucionalizados e a lembranças “vivas por tabela”. Esses últimos são aqueles que nem sempre são presenciados pela pessoa que lembra, mas que habitam um imaginário coletivo e são atualizados em circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis (POLLAK, 1992).

O que está em jogo é a passagem do tempo, a impressão de que a experiência escapa, o horizonte da morte e do esquecimento. Quando Nora (1993) escreve sobre o seu conceito de “lugares de memória”, apresenta-o como uma busca pela eternização, pela permanência, pelos temas afetivos fugidios, pelos valores de um grupo social. É disso tudo que se trata memória. Sua marca identitária inscreve-se nas significações – de uma memória familiar ou institucional, por exemplo – que operam marcos e organizam a experiência de um passado.

Talvez seja por isso que se possa dizer, com Gondar (2005), que a memória é uma construção. Não porque possa ser arbitrariamente definida por cada pessoa, mas porque necessita desses temas, valores e marcos para se materializar. Constrói-se a memória pelas questões que um dado ser humano faz no presente e que dependem desses rastros do passado para serem respondidas. Portanto, a memória vai além dos arquivos representativos de um povo, de um acontecimento, ou de uma cultura. Como diz Gondar (2005), a memória é parte viva dos processos sociais; é constante, pulsante; está sempre em mudança. Como exemplo, pense-se nos esquecimentos: a abrangência conceitual da memória é tal que os esquecimentos representam as invenções e as criações próprias ao conceito de memória que abarca a mudança, a vivacidade (GONDAR, 2005).

Concretamente, as lembranças são produtos das experiências pessoais – isto é, são de ordem individual. Mas toda experiência individual humana produz-se em tramas de relações sociais. A invocação de memórias vincula-se a importância prevalente do grupo. O processo cultural de convencionalização deixa que se observe que lembrar vai além, de uma atividade de construção, a mesma exige um processo de seleção, em que dados materiais são comunicáveis e outros, excluídos (HALBWACHS, 2006). Tal colocação remete ao fato muito presente nas sociedades atuais, nos espaços materiais e mentais do grupo, em que deslocar populações compostas de afrodescendentes do local onde um novo tempo pode ser erguido, é uma ação de afastá-los das novas práticas sociais e, conseqüentemente, da memória social (CONNERTON, 1993).

2.2 Memória Social e Povos de Origem Africana: Identidade e Autoreconhecimento

Sob os pontos de vista colocados até aqui, pode-se dizer que a memória social da comunidade Chácara das Rosas é atravessada pela memória cultural e as matrizes dos povos de origem africanas. Como a organização dos terreiros é baseada em uma estrutura social e familiar existente na África, supõe-se que essa transposição foi feita por meio das memórias culturais, transmitidas de geração à geração (SÁ, 2007). As comunidades quilombolas utilizam as suas terras para sua reprodução social, tematizando memórias coletivas e culturais. Assim, mantem-se vivas as práticas culturais que evidenciam a ancestralidade negra do grupo: a exemplo do Samba de Roda e do Marinheiro, onde homens e mulheres dançam e cantam numa coreografia empolgante, em que as mulheres sambadoras parecem flutuar ao som dos instrumentos em muitos casos – mas não unicamente – confeccionadas artesanalmente, e das chulas e quadras entoadas por todos (SILVA; SILVA, 2011).

Em que consistem, afinal, as comunidades remanescentes de quilombos? Se considerarmos as discussões sobre memória social tratadas aqui, a formulação de O'Dwyer (1995) é suficientemente operatória. Diz o autor:

[...] o termo quilombos não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (O'DWYER, 1995, p. 1).

É na relação entre memória social e reelaboração e afirmação identitárias que se evidencia a experiência, por parte dos quilombolas, de uma reminiscência escrava dos seus antepassados. Um fenômeno fortemente carregado das influências do presente, muito por conta da intensificação das ações dos movimentos negro unificados, que a partir da década de 1980 passou a reivindicar uma releitura da participação do negro na constituição da sociedade brasileira, na busca da afirmação da identidade étnica, revestida de fatores positivos. (MATTOS, 2006)¹.

Para além de práticas culturais, a memória social de uma comunidade remanescente de quilombos ancora-se nas lembranças de luta e da fuga de escravos. Isso tensiona ainda mais a memória coletiva do grupo, que compreende uma série de relações sociais e culturais determinantes de uma experiência de identidade coletiva. Nesse sentido, as relações entre a memória e identidade, bem como a história desses grupos, apresentam-se sob fortes influências de fatores do presente em consonância com as memórias individuais e coletivas. Tal realidade vai ao encontro ao posicionamento de Bosi (1994, p. 55), que frisa ser “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado”.

Todavia, sob a atual realidade político social brasileiro, tal identificação baseada na origem africana também é permeada de silêncios e resistências. A historiografia das culturas brasileiras demorou décadas para dar conta da herança das experiências de tráfico negreiro, escravidão, lutas pela liberdade e construção da cidadania dos povos descendentes de africanos no País (SILVA e SILVA, 2011). Pensando com Arruti (2006), pode-se insinuar a existência de um “ethos de silêncio”, que repercute nas formas e conteúdos de narrar a memória social negra – e isso não apenas pelas instituições, mas pelos próprios descendentes dos povos negros e remanescentes de quilombo. Logo,

[...] com o passado, reveste de grande cuidado o trabalho com a memória: ela não pode ser vista como um simples ‘resgate’ ou compilação de histórias que estejam prontas para revelarem o que ‘realmente aconteceu’. A memória é produto do processo de mobilização, ao mesmo tempo em que o ato de lembrar e instituir tal memória é parte desse processo (ARRUTI, 2006, p. 216).

¹ Ratificando-se essa tendência cita-se a presença de políticas públicas de reparação, materializada nesse caso por meio do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, garantidora aos remanescentes quilombolas o direito a posse, demarcação e titulação das suas respectivas terras. Note-se que a “aplicação de ações afirmativas visa à igualdade no plano dos direitos entre os grupos, e corresponde a tratamentos preferenciais para compensar a discriminação sofrida no passado” (BRASIL, 1998, art. 68).

É nesse quadro que as ações afirmativas contribuem e fazem diferença mudando a vida de negros, mulheres negras e outros sujeitos socialmente discriminados. Elas combatem o ethos do silêncio, permitem o acesso à terra como propriedade, fomentam a problematização da história da África como elemento estratégico de apropriação cultural da realidade, incluem segmentos da população negra nas Universidades, concedem títulos de posse coletiva das terras aos remanescentes de quilombos e induzem pesquisas específicas sobre a cultura, a saúde e a educação da população negra. Por mais que possam ser definidas como medidas reparatórias, em particular no que se refere ao direito e ao dever de memória, as ações afirmativas – dentre elas, o reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos – geram reflexões críticas que rompem com o silêncio e fazem circular a multiplicidade de narrativas sobre a condição negra.

Das narrativas das comunidades quilombolas impõem-se elementos diferenciais que colaboram na problematização da identidade de grupos remanescentes de quilombos. A construção da identidade se dá na interação social com o Outro, em processos de conflito e negociação, como sugere Pollak (1992). Logo, não se trata de uma expressão de essências, seja de uma pessoa ou de um grupo.

Sob esse ponto de vista dinâmico, memória e identidade se dinamizam na atualidade das pessoas que se autodeclaram quilombolas ou remanescentes quilombolas e que, por extensão, assumem sua condição étnico-racial de negros. Em outros tempos, essa postura teria menos chances de vingar: a mobilização da identidade acompanha a dinâmica das narrativas memoriais, ao mesmo tempo em que rearticulam os valores considerados incontornáveis para o autoreconhecimento étnico e identitário.

2.3 Etnodesenvolvimento Como Estratégia de Duração Social Para Comunidades Remanescentes de Quilombo

Memória social e identidade são expressões de como uma comunidade remanescente de quilombos constrói suas redes de pertencimento e articula narrativas sobre um passado vivido em comum. Mas os aspectos simbólicos do autoreconhecimento étnico e identitário não é garantia de um futuro comum. Para garantir a sua herança cultural, a comunidade Chácara das Rosas precisa reinventar suas práticas e suas estratégias econômica, efetuando trocas com a sociedade urbana a que a engloba.

Neste contexto, o é conceito de etnodesenvolvimento fundamental. Primeiro, porque é uma proposta de tensionamento do capitalismo através da auto-organização e autonomia de um grupo oriundo de populações tradicionais que mantém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura (STAVENHAGEN, 1984). Segundo, porque permite a reprodução da comunidade levando em consideração seus aspectos memoriais e identitários. Em outras palavras, tematizar o etnodesenvolvimento no âmbito de comunidades remanescentes de quilombos é uma estratégia visando à sua duração social, quer seja em espaços urbanos ou rurais.

Em que consiste o etnodesenvolvimento e como o termo se impõe nas políticas públicas brasileiras? Em termos simples, como assinala Stavenhagen (*apud* FARIA, 2005, p. 72), etnodesenvolvimento é “o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade”. Sob este contexto, “o desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de “progresso” no sentido usual do termo: PIB, Renda per Capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade etc.” (FARIA, 2005, p. 72). Não obstante, essa modalidade de desenvolvimento pode – e está sendo – utilizada nas políticas públicas brasileiras com vistas a gerar alternativas desenvolvimentistas para diversos segmentos da população. Segundo Verdum (2006), essa tendência surge entre os anos 1970 e 1980 como reflexo de alguns debates realizados em países latino-americanos.

No âmbito do Plano Brasil Quilombola (2005), o etnodesenvolvimento é

[...] uma base de referência comum ou semelhante, que é: a busca da satisfação de necessidades essenciais (alimentação, saúde, moradia); estratégia de desenvolvimento que enfatiza a necessidade de fortalecimento dos referenciais locais, destacando a importância das práticas endógenas; e foco para estratégias de sustentabilidade. Tal semelhança nos sugere que entre uma perspectiva e outra há um conjunto de fundamentos comuns e que, embora uma não apareça diretamente como fundamento da outra, ambas fazem parte de um projeto comum: a construção de um modelo de desenvolvimento que vise a promoção do desenvolvimento diferenciado e calcado pelos princípios de sustentabilidade e justiça social. (BRASIL, 2005, p. 74).

Sistematizado pelas políticas públicas brasileiras, o etnodesenvolvimento opera noções de igualdade racial e desenvolvimento étnico, que passam a ser correlacionadas a pressupostos, como: cidadania, justiça, igualdade, pluralismo, democracia. Sob esse ponto de vista, o Estado não é neutro frente às questões raciais. Ao contrário: trata-se de um indutor de novos quadros de cidadania e pluralidade cultural. Assim, ao Estado não cabe apenas divulgar ou trazer à discussão as ações afirmativas, mas deve criar condições efetivas para que

indivíduos transformem suas condições de existência e autoreconhecimento, em busca de uma “democracia plena” e de uma “igualdade autêntica” (BRASIL, 2002, p. 10).

No caso da comunidade Chácara das Rosas, é ao longo dos anos 2000 que se efetuam diálogos sistemáticos os Governos Estadual/Federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses diálogos são fundamentais para este projeto: sem eles, dificilmente seriam gerados estudos visando ao reconhecimento e autoreconhecimento da comunidade e o seu desenvolvimento econômico-social.

Para os fins deste estudo, é fundamental partir dessas ações prévias. O que se quer é verificar quais alternativas vem sendo efetivamente implantadas pela comunidade, ao mesmo tempo em que se discute com ela outras modalidades de estratégias e ações de desenvolvimento. Em ambos os casos, trata-se de pensar coletivamente as heranças socioculturais da comunidade e problematizar as redes de pertencimento e formas de autoreconhecimento. Conforme discutido ao longo deste estudo, memória social e identidade não são formações estanques; seu sentido depende de atualizações no presente. Há razões para que determinadas formas de ser e de se desenvolver sejam preferidas em detrimento de outras. É em busca dessas razões que esta dissertação organiza-se como um estudo de memória social e de gestão cultural.

3 OS CAMINHOS DA PESQUISA NA COMUNIDADE CHÁCARA DAS ROSAS

A sociedade brasileira é formada de matizes e matrizes diversas. Nem sempre presentes na historiografia oficial e muitas vezes invisíveis para os ideólogos alviseiros da mestiçagem, essas cores e origens não passam despercebidas por quem circula pelas ruas das grandes cidades. Pensemos em Canoas: cidade da rápida urbanização, das vivendas, das fazendas e de casas de veraneio, nosso município foi construído pelas mãos de muitos homens e mulheres. Alguns adquiriram terras; outros, as receberam de bom grado por autoridades do Estado; outros, ainda, tomaram posse de áreas então desvalorizadas e lutaram para estabelecer os limites de um espaço próprio, um território. Em compasso com essas diferentes estratégias de apropriação do espaço, impuseram-se múltiplas maneiras de ser, de viver e de pertencer a esta comunidade imaginada: Canoas, terra de imigrantes e de trabalhadores escravos, servos e livres.

A diversidade das cores e origens são elementos incontornáveis para quem vive Canoas/RS, que se apresenta como um microcosmos dessa experiência urbana. Pela cidade, passaram africanos, crioulos, guaranis, kaingangs, pampeanos, açorianos, italianos, alemães, ucranianos e poloneses. Desses, alguns criaram raízes, constituindo linhagem e contribuindo na formação do bairro, como é o caso do casal João Maria de Jesus e Rosa Correa de Jesus. Há cerca de 110 anos, eles saíram com seus cinco filhos da região de Barro Vermelho, em Gravataí, atual território de quilombo Manoel Barbosa. Nos arredores do Capão do Corvo, instalaram uma chácara que ficou conhecida como “das rosas” em virtude do corredor de flores ajardinadas na entrada principal da propriedade. Ali, construíram sua casa, cultivaram frutos e criaram pequenos animais. Mantiveram-se na vivenda, gerando mais sete filhos e dando continuidade ao nome de sua família.

Em uma primeira leitura, a Chácara das Rosas aparece como mais uma pequena propriedade de migrantes instalados no passado rural de nossa cidade. Mas estamos falando do Chácara das Rosas, um dos primeiros quilombos urbanos do Brasil. Um quilombo que, para ganhar a tutela do Estado em 2006, precisou prosperar em meio a ameaças e violências de um processo de urbanização ditado pelos interesses financeiros.

A Comunidade Chácara das Rosas é uma das primeiras comunidades quilombolas tituladas no Brasil. Mas o que fazer após a titulação? Esta questão norteou a pesquisa cujos resultados são discutidos aqui. De um ponto de vista de classificação, a pesquisa é de caráter qualitativo, posto que o que se almejava era aproximar-se do ponto de vista dos sujeitos e,

desde então, imaginar coletivamente alternativas de etnodesenvolvimento para a comunidade. Em outras palavras, privilegiou-se a percepção dos entrevistados diante do tema proposto, promovendo a interação entre a observação e a formulação conceitual, entre a pesquisa empírica e o referencial teórico pertinente.

Mais especificamente, o método funda-se na pesquisa-ação como ferramenta de investigação e transformação da realidade. A pesquisa-ação é concebida e realizada com uma ação de solução de um problema coletivo, no qual envolvem-se tanto o pesquisador quanto os sujeitos da pesquisa (THIOLLENT, 2008). O que se buscou foi diagnosticar as potencialidades, saberes, vocações e problemas da comunidade estudada, de maneira que se coloque em diálogo com as preocupações do pesquisador. Ou seja, a pesquisa foi realizada em parceria, de maneira que as pessoas estudadas se apropriaram do método e refletiram sobre como agir coletivamente em busca de alternativas de etnodesenvolvimento; no mesmo tempo e em contrapartida, o processo todo foi documentado e analisado pelo pesquisador com vistas a colaborar na acumulação de conhecimentos científicos sobre o tema pesquisado.

A metodologia que orienta este processo se fundamenta na pedagogia dialógica de Paulo Freire, na pesquisa social de Michel Tihollent e na concepção de intelectual orgânico de Antonio Gramsci. A dialogicidade pressupõe que as pessoas participantes do processo reflitam sobre a pedagogia realizada. Seu principal objetivo é refletir sobre a práxis, ou a teoria do fazer, por meio de ações e reflexões simultâneas, em reciprocidade. As pessoas envolvidas participam ativamente de todo o processo de elaboração planejamento, execução das propostas da transformação social. O mais importante neste processo é a participação de todos os envolvidos no estudo da realidade objetiva e na organização desses dados, especialmente para que no momento da tomada de decisões todos compreendam e se apropriem da consequência de suas deliberações.

3.1 A Comunidade Chácara das Rosas

O Quilombo Urbano Chácara das Rosas localiza-se em Canoas/RS, município que conta com cerca de 323 mil pessoas segundo o censo de 2010 (IBGE) e pertence à mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Em virtude de abrigar a Refinaria Alberto Pasqualini e um forte setor metal-mecânico, o PIB per capita da cidade é estimado em R\$ 47.588,56 (IBGE). Historicamente, Canoas/RS é marcada pela circulação e habitação de diversos grupos étnicos, destacando-se a presença de índios Tapes e de ex-escravos, em 1733.

No ano de 1908, Canoas foi elevada a capela curada e recebeu o grupo de irmãos Lassalistas que colaboraram a fazer do município um polo educacional. Em 1937, foi criada o 3º Regimento de Aviação Militar (RAV), hoje 5º Comando aéreo regional (V COMAR). A emancipação da cidade é datada de 27 de junho de 1939.

Os fundadores do Chácara são o casal Rosa Genelicio e João Genelicio. Eles vieram da região do Quilombo Manoel Barbosa, no município de Gravataí/RS, instalando-se no território que se encontram atualmente por volta do início do Século XX. Esse território, hoje, encontra-se em uma área muito valorizada da cidade. Na época da vinda do casal, porém, era um local de pouca infraestrutura, alagadiço e periférico em relação aos centros de urbanização. A comunidade do Chácara das Rosas dispõe da titulação de suas terras por conta do Decreto 4.887, servindo de referente para memória e a história do Patrimônio Cultural brasileiro e Canoense conceitualmente estabelecido pelo conceito do etnodesenvolvimento.

Figura 1 – Imagem antiga do Quilombo Chácara das Rosas



Fonte: Google imagens, 2017.

A gênese da Comunidade Quilombola Chácaras das Rosas Canoas/RS, de acordo com Nascimento e Graeff (2016), a partir de uma primeira leitura, aparece como mais uma pequena propriedade de migrantes instalados no passado rural de cidade Canoas/RS. Contudo, no momento argui-se sobre o Chácara das Rosas, como um dos primeiros quilombos urbanos do Brasil. Um quilombo que, para ganhar a tutela do Estado em 2006, precisou prosperar em meio a ameaças e violências de um processo de urbanização ditado pelos interesses financeiros.

Figura 2 – Imagem atual Quilombo Chácara das Rosas (2017)



Fonte: Paulo Pires, 2015.

Via Comunidade Quilombola Chácara das Rosas, o Bairro Marechal Rondon revela o melhor exemplo de luta e de positivação do estigma da cor. Um exemplo de luta: o casal João Maria e Rosa se conheceu em um território de negros que, para se constituir, responderam às usurpações mais violentas da força de trabalho – a escravidão e a servidão. Dali, dirigiram-se para uma região que, em 1939, transformar-se-ia em município de Canoas. Com seus filhos, trabalharam uma terra sem senhores, plantando milho, batata, mandioca e flores; ali, deram forma e materialidade às suas crenças religiosas; ali, ensinaram os filhos o que significa ser cidadão (NASCIMENTO; GRAEFF, 2016).

Com a luta, o estigma da cor. Tratado como “terra de pretos”, depois como “planeta dos macacos”, o Chácara das Rosas por muito tempo viu-se limitado,

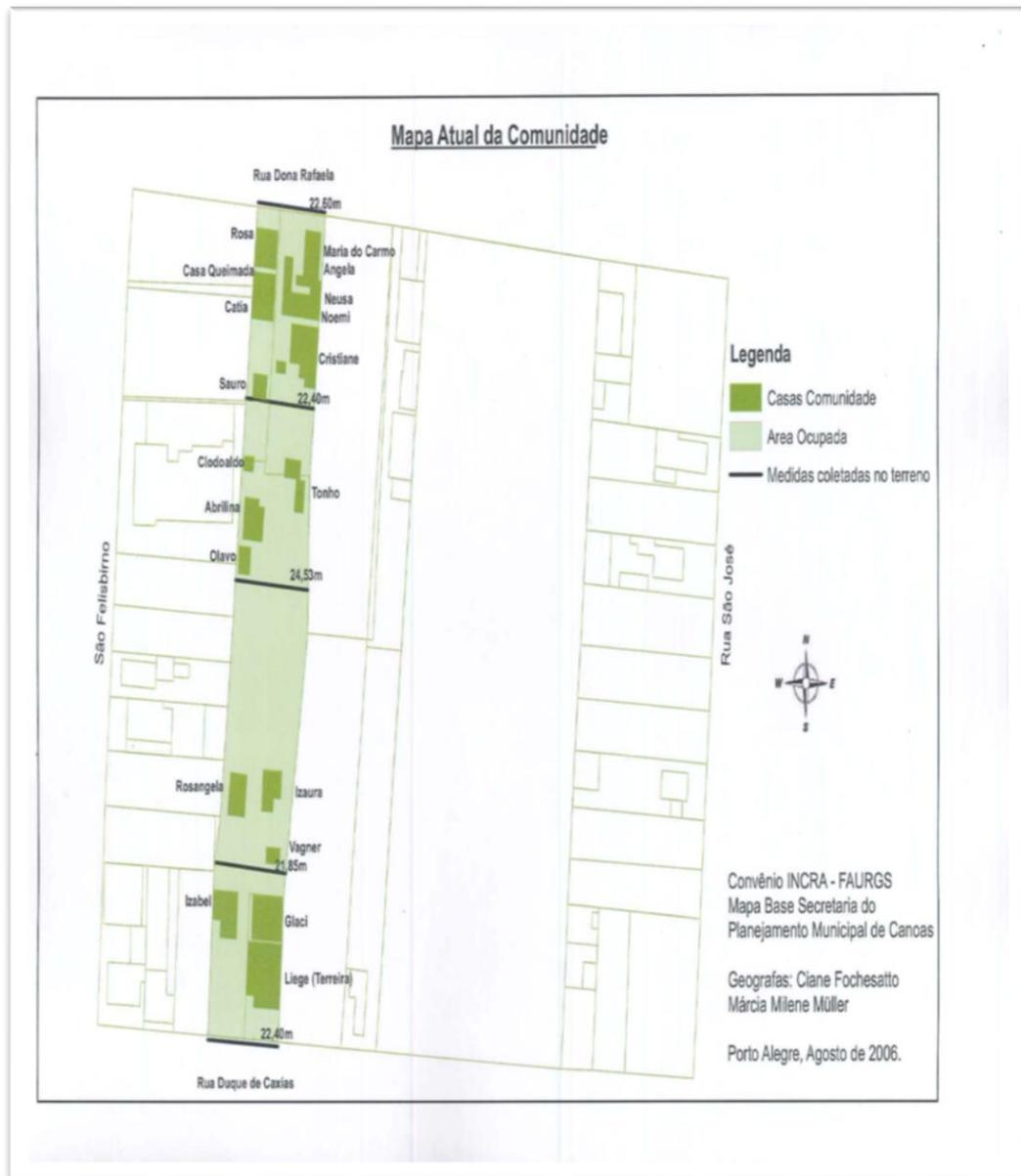
[...] pelo preconceito racial que tipifica a sociedade brasileira. Enfrentou-o como pode: através do trabalho e de um isolamento rompido de tempos em tempos nas trocas comerciais com migrantes de outras matizes e origens e em relações de sociabilidade com grupos negros. A partir dos anos 1970, a pressão imobiliária no entorno da propriedade aumentou. Canoas modernizava-se – o que, como nos diz o geógrafo David Harvey, significa também mercantilização do espaço. Essa mercantilização exige a separação das relações entre pessoa-propriedade-lugar. Em outras palavras, abstrair a noção de comunidade das relações sociais, o que implica na rejeição de qualquer vínculo identitário entre um grupo e seu território. E como isso se efetuou, na prática? Gerando a impressão de que o Chácara das Rosas estaria fora de lugar. Mas Rosa – agora viúva, posto que João morreu em 1952 – reuniu-se com seus descendentes e recusou a estigmatização. Nada de ‘terra de pretos’ ou ‘planeta dos macacos’. Apenas pessoas, suas habitações, sua Casa de Nação, suas hortas e suas maneiras de ser e de crer (NASCIMENTO; GRAEFF, 2016, p. 10).

A comunidade de remanescentes de quilombos Chácara das Rosas foi assim caracterizado pela primeira vez através do Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural assinado por Vera Rodrigues e Vinícius Pereira de Oliveira. Naquele documento, o território é caracterizado assim:

A configuração do local apresenta um terreno de herança familiar, localizado no bairro Marechal Rondon, com acesso pelas ruas Dona Rafaela e Duque de Caxias, sendo ladeado pelas ruas São José e São Filisbino. Neste local convivem os herdeiros de Rosa Correa de Jesus e João Maria Generício de Jesus, cerca de 15 (quinze) famílias distribuídas em 22 (vinte e duas) casas de madeira e 01 (uma) de alvenaria. Os dados pesquisados apontam características socioculturais fundadas na religiosidade (matriz-africana e cristã-evangélica), práticas cotidianas (partejar, benzer, etc.), além de intensa sociabilidade com outros territórios negros (clubes festivos e esportivos, etc.). Quanto aos vínculos históricos, esses se remetem ao Quilombo Manoel Barbosa/Gravataí, através do parentesco e formação de redes de apoio mútuo e alianças conjugais, ao longo das gerações, com outros grupos familiares negros (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2007, p. 25).

É essa configuração espacial e formação sociohistórica que origina o reconhecimento pelo Estado da Chácara das Rosas como comunidade remanescente de quilombo.

Figura 3 – Mapa atual do Quilombo Chácara das Rosas (2017)



Fonte: Google imagens, 2018.

Para a realização da pesquisa, a coleta e análise dos dados segue a metodologia da pesquisa-ação, orientada pela práxis, ou a teoria do “fazer” por meio de ações e reflexões simultâneas, em reciprocidade. Dito de outra maneira, os sujeitos da pesquisa participaram ativamente de todo o processo, desde a elaboração da proposta de investigação até a discussão de resultados com vistas à transformação social. Mais especificamente, a coleta contou com registros audiovisuais, observação direta, observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas.

Em uma etapa mais avançada, foi realizado um grupo focal, que contou com três encontros. O grupo compôs-se de seis e dez pessoas, conforme a disponibilidade dos sujeitos de pesquisa. Na fase de discussão de resultados, apresentada no próximo capítulo, manteve-se uma perspectiva dialógica. O pesquisador sistematizou os dados e, em parceria com seus sujeitos de pesquisa, elaborou alternativas de etnodesenvolvimento que dialoguem com a memória social e a identidade do grupo.

Pesquisar junto a comunidades remanescentes de quilombos exige a construção de um horizonte ético comum. Por sua característica de comunidade “vulnerável” (CONEP, 2016), em particular dos pontos de vista político e econômico, é fundamental a relação de confiança entre pesquisador e pesquisados. Nesse sentido, levou-se em conta, conjuntamente, os riscos e benefícios da pesquisa-ação, de maneira que cada decisão do processo investigativo seja refletido pelo grupo. Para se certificar desse viés, a pesquisa será apresentada a comunidade antes da sua entrega definitiva para fins de titulação como Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

A segurança e o sigilo dos dados coletados estão garantidos pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Unilasalle, pelo professor coordenador da pesquisa e pela relação dialógica estabelecida com os membros da Comunidade Chácara das Rosas. As mídias coletadas (som, imagem) e as transcrições serão armazenada sem um disco duro externo de acesso restrito aos membros da equipe e sujeitos de pesquisa.

3.2 Racismo, Memória, Autoreconhecimento e Infraestrutura: Tema-Chaves Oriundos e Discutidos ao Longo da Pesquisa

Neste trabalho de campo foram realizadas atividades acompanhadas a partir de uma postura proativa no evento. Com protagonismo e buscando produzir in loco conhecimento, expresse ao assumir a posição de ser um observador e ou pesquisador (práxis) objetivamente estudando; propondo; medindo; avaliando, através da observação/pesquisa dos resultados significativos do trabalho apresentado pelos sujeitos no processo no trabalho de campo. O trabalho de campo desvelou as indagações propostas pelas pessoas da Comunidade Chácara das Rosas, produzindo novos conhecimentos de forma participativa. Dentre os resultados, destaca-se de partida a difusão e avaliação pública do trabalho, a observação/avaliação do agir dos protagonistas, as mudanças pautadas por discussões interdisciplinares e as alteridades de exercício do poder simbólico consubstanciados numa prática didático/pedagogicamente renovadora. Pelo papel do pesquisador, descreve-se um papel de “intelectual orgânico”, que

colabora na produção do autoreconhecimento e da construção de um poder simbólico entre os/as participantes da pesquisa.

Mais precisamente, a pesquisa contribuiu para desvelar e aprofundar temas-chave para a comunidade com vistas ao seu etnodesenvolvimento. Dentre tais temas, destacam-se o problema histórico e persistente do racismo, as relações entre memória, história e autoreconhecimento e a busca por melhores condições de vida por meio de uma infraestrutura básica que nada mais é que a confirmação de direitos cidadãos adquiridos. A fim de dar a ver esses temas para o leitor ou a leitora deste trabalho, fez-se a opção por dois tipos de restituição: um primeiro, escrito, seguido de um registro audiovisual disponível *on-line*. Assim, espera-se mobilizar por diferentes vias o processo de construção de alternativas de etnodesenvolvimento que figuram no Capítulo 4 deste relatório.

Antes de trazer a síntese das discussões, porém, é importante apresentar cada uma das pessoas que participou efetivamente da pesquisa. Começando por Dona Maria do Carmo de Jesus, conhecida como Tia Carminha. Ela é uma das anciãs que ainda reside no quilombo Chácara das Rosas juntamente com filhos, netos e bisnetos. Uma das mais importantes lideranças do quilombo a mesma integra o conselho de Anciões da comunidade juntamente com o tio Tonho, tio Gabriel e tia Rosa, aonde conforme estatuto social que organiza o pleito da comunidade a última palavra cabe ao Conselho de Anciões. Tia Carminha desponta, ainda, como uma das expoentes do setor religioso evangélico, diante de uma comunidade compreendida por famílias quilombolas ligadas a tradição de matriz africana e famílias evangélicas.

Figura 4 – Maria do Carmo de Jesus, “Tia Carminha” (2017)



Fonte: Paulo Pires, 2015.

Após Tia Carminha, Isabel Cristina Genelício apresenta-se como uma das principais referências da comunidade. Ela herdou inicialmente de seu pai, João Genelício, e de seu irmão, Liege de Ogum, ambos falecidos, a responsabilidade da continuidade da luta iniciada nas dependências da família e do Terreiro de Matriz Africana que servia de sede para abrigar as reuniões da comunidade. Tornou-se a primeira coordenadora da Associação Quilombola Chácara das Rosas e liderou a comunidade no processo de titulação definitiva de propriedade do quilombo junto ao INCRA, bem como esteve à frente representando a comunidade na execução do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, módulo Entidades onde construiu-se o complexo habitacional Chácara das Rosas em parceria com a Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal. Vivenciadora das tradições de matriz africana, Isabel também recebeu por herança o Terreiro que era conduzido por seu irmão Liege falecido. Assim, Isabel assume a condição de Iyalorixá e refunda o terreiro com o nome de Ilê de Ogum e Iyansã, onde torna-se a Mãe de Santo da Comunidade no centro da estratégia ancestral. Atualmente Isabel representa as comunidades quilombolas do RS na coordenação nacional das comunidades negras rurais quilombolas (CONAQ).

Figura 5 – Isabel Cristina Genelício



Fonte: Google imagens, 2018.

A terceira liderança feminina da Comunidade é Giane de Jesus. Neta de dona Bilina de Jesus, uma das anciãs fundadoras do quilombo Chácara das Rosas, Giane é nascida e criada no quilombo, tendo vivenciado o direito quilombola sendo aplicado gradativamente na comunidade. Casada e mãe de cinco filhos, sempre participou em diferentes momentos de organização da luta, onde teve a oportunidade de ser beneficiária de projetos sociais. Ainda adolescente, participou junto com outros jovens do quilombo, do Programa Social Estação Educar da através da parceria entre a TRENURB e a comunidade. Atualmente é Coordenadora Geral da Associação Quilombola Chácara das Rosas, instituição representativa dos interesses da comunidade sob a qual foi registrado o Título da área quilombola.

Figura 6 – Giane de Jesus



Fonte: Acervo do pesquisador.

Cláudia Luana Lourenço é uma jovem quilombola e mãe. Ela reside no quilombo e tem a expectativa de ajudar as famílias a se desenvolverem. Espelha-se nas lideranças de Tia Carminha, Isabel e Giane e participa das atividades e dos projetos sociais realizados na comunidade.

Figura 7 – Cláudia Luana Lourenço



Fonte: Observatório Unilasalle, 2018.

Antonio de Jesus – ou Tio Tonho, como é conhecido na comunidade – é filho do casal de fundadores da comunidade, Rosalina e João Maria de Jesus. Um dos habitantes mais antigos do Chácara das Rosas, portanto. Aos 71 anos, Tio Tonho é uma das principais referências da comunidade no plantio e cultivo de plantas, frutas e legumes.

Figura 8 – Tio Tonho



Fonte: acervo do pesquisador.

Dentre as lideranças juvenis, destaca-se Eduardo Genelício, reconhecido entre as famílias quilombolas como Dudu. Hoje, ele constrói o caminho cíclico da renovação em prol

da continuidade da luta e dos sonhos da comunidade Chácara das Rosas. Acompanhando a mãe Isabel nas reuniões da comunidade, Dudu aprendeu desde cedo a importância de lutar contra o racismo, a homofobia e pelos direitos humanos.

Figura 9 – Eduardo Genelício



Fonte: acervo do pesquisador.

O racismo, aliás, é o tema fundamental que estrutura o cotidiano e a luta da comunidade pelo seu etnodesenvolvimento. Os principais problemas enfrentados pelas famílias decorrem daí: desde a questão da titulação das terras até o saneamento básico, passando por questões memoriais e de acesso à educação. Tia Carminha, que aparece à direita na Figura 4, traz à tona a denominação de “Planeta dos Macados” que acompanha a comunidade há anos. Diz ela: “isto é uma falta de educação um preconceito, as crianças ficam muito chocadas e no Colégio Edgar Fontoura a professora falou sobre a questão. Tem lei contra isso e as pessoas que discriminam até estudaram”. Ela acredita que “eles acham engraçado, porém torna-se um hábito enjoado, o que a gente quer é crescer na qualidade, pois a gente é família...ser humano, porque a gente não foi batizada por esse apelido”.

Em regra geral, a orientação é não responder às provocações, às injúrias e ao racismo por outro caminho que não seja o jurídico. Assim, o adequado é buscar testemunhas e não responder com agressão, “porque o racismo faz com que retorne para a pessoa a maldade, e a vítima acaba respondendo por algo que não cometeu, ela deve ficar tranquila, levar testemunhas e um advogado” (Isabel Genelício). O procedimento a seguir é ingressar com uma queixa-crime. “O racismo não é uma ocorrência que acontece de brancos para negros, independente da raça ou etnia, o racismo é crime. No entanto, sempre que se fala em racismo e discriminação racial, sabe-se que incide com muito maior força na população negra” (Isabel

Genelício).

É muito importante porque a coordenadoria da igualdade racial de Canoas tem a iniciativa de desmistificar o quilombo enquanto Planeta dos Macacos e avançar na aplicação da Lei 10.639/03 junto à comunidade e na própria escola. Isso porque um dos principais obstáculos que o racismo impõe à comunidade o afastamento das crianças do ambiente escolar. Há relatos de abandono de aulas e de longas caminhadas para ir em direção a outras escolas públicas em razão do preconceito encontrado na escola adjacente à comunidade.

O acesso à educação não é apenas um problema face a inserção social e econômica dos membros da comunidade. A leitura e a escrita são um caminho para (re)descobrir a memória e a história da comunidade. A esse respeito, Tia Carminha diz:

Nem todos da minha família são pessoas de estrutura, profissional de leitura, não tem isso aqui, a realidade é segunda série, terceira e quinta série (ensino fundamental) e eu sempre incentivando. [...] Essa é uma luta que tem que ser resgatada. É muito importante para gente valorizar os antepassados quando eles foram discriminados, sofridos, por isso aí, por esse lado que a gente leva essa explicação do que aconteceu, do que está acontecendo as crianças lá no colégio. Mas a gente vai levando essas coisas mais acima, vai derrubando aquelas coisas que não faz efeito para nós, e para nossa juventude, para que eles entendam que tem alguém que pode ainda esclarecer esta verdade. A Vó Castorina, que é a primeira noiva que o Padre Leão casou, aí ficou as filhas e então a gente se uniu para ter uma comunidade que era da Igreja Católica de Canoas, que naquela época era o Padre Leão, e tem o colégio André Poente que eu estudei até o 2º ano, e as minhas irmãs, que aqui cresceram, foram trabalhar em Porto Alegre, depois casaram, mas foi uma família que procuravam melhorar a cada dia que passava, depois aqui nos tinha muita plantação, e é uma chácara que quem conheceu, não se derrota porque a gente sempre tem que levar com mais expansão por causa daqueles que vieram agora para dar coragem senão a gente tinha desistido de morar aqui.

O desafio das trinta e duas famílias da Comunidade é fazer a sua reconstrução histórica a fim de consolidar seu reconhecimento jurídico e social. É por meio da cultura escrita que a comunidade se apropria dos mecanismos legais que lhes asseguram o reconhecimento como remanescentes de quilombo detentores de uma propriedade coletiva do território. É também por meio da cultura escrita que é feita a reconstrução histórica do grupo.

Organização como Quilombo: “a palavra quilombo origina-se dos povos bantos da África ocidental”; “O quilombo mais famoso existiu na serra da Barriga, foi o Quilombo dos Palmares”; “no RS, existem 130 comunidades urbanas e rurais”; “a briga desses quilombos é a titularidade e foi exatamente isso que o quilombo chácara das Rosas conquistou”. Todas essas frases, com pequenas variações, circulam na comunidade. O acesso à educação é, portanto, o acesso à cidadania e ao autoreconhecimento.

Outro ponto relevante para a comunidade é a relação com a terra. “Nós trabalhávamos

com o pai. Tinha muita verdura e criação, tinha gado aqui, carretas... E assim foi como nós pudemos sobreviver”, conta Tio Tonho. Essa sobrevivência não foi apenas de alimentação: trabalhar a terra é tomar posse dela. Assim, as famílias enfrentaram as pressões da especulação imobiliária: “É que as pessoas que tinham mais e ofereciam para comprar essa chácara, ele dizia que não que era da família que ele ia deixar para família. E mais tarde se pudesse explorar e viver aqui...” (Tia Carminha).

Com o trabalho da terra, a cultura familiar preservou-se. Por outro lado, o mesmo não ocorreu com a língua. Neste sentido, Isabel ao folhar o caderno envelhecido deixado por seu irmão já falecido e, nas páginas amareladas, encontrou palavras em Yorubá, língua ancestral africana. Por que o irmão escreveu essas palavras? Para se relacionar com a tradição – ainda que a língua Yorubá seja eminentemente oral. Isabel, por sua vez, está aprendendo a língua para continuar essa tradição, “a nossa cultura, continuar passando e formando, e para passar para as novas gerações, a importância da verdade, a importância do nosso culto religioso” (Isabel Genelício).

A posse da terra, por si mesma, não é garantia de melhor qualidade de vida. Mas é um avanço significativo. Com a titulação, é como se a comunidade passasse a existir para os poderes públicos. Daí surgiram pautas com a Prefeitura, que concorreram para melhorias em termos de habitação, saneamento básico e educação. “A comunidade resistiu e por isso conquistou a sua propriedade e posse aqui” (Isabel Genelício). Até um pouco antes da titulação, por exemplo, o abastecimento de água ocorria em quatro torneiras para as trinta e duas famílias. “A gente usava muita água da chuva”, conta Tio Tonho. Com a titulação, esse e outros serviços melhoraram. “Até veio uma empreiteira para dar apartamentos para nós... Pensamos: ‘vamos a frente, vamos ver qual a melhora que vai aparecer para nós’. Até hoje, nós estamos aqui, prontos para realizar esta comunidade” (Tio Tonho).

O primeiro passo é o do reconhecimento. Reconhecimento que veio da luta, da persistência e do vínculo orgânico com o território. “Este reconhecimento, este reparo, é uma obrigação. São mais de 80 anos de história. Estamos aqui antes da existência da cidade. Foi preciso reparar, trazer essas ações desde as mais elementares, como a água” (Jairo Jorge, ex-prefeito de Canoas/RS). Com a titulação, outras demandas emergiram. Na época da pesquisa, realizou-se um levantamento topográfico que não existia. O projeto habitacional, em andamento, foi apresentado para o ‘Minha casa Minha Vida’, essa turma toda já está no EJA, está no Bolsa Família e também um programa social ‘Bordando o Brasil’, entre outras. “Aí que pretendemos ir em frente com o bordado, pegar trabalhos de fora que venham, bordar

panos de prato, toalhas de mesa, toalhas, para render para a gente ter um progresso maior, sustentação da família, fortalecer autoestima e uma renda para família” (Giane de Jesus).

A gente tem que reconhecer profundamente o meu avô, aquele que tem a lança, é o pai da minha mãe (direção) sobre esta que eles ofereceram para nós, ficar aqui comprar e dar apartamentos e não aceitamos. Falamos para eles a gente vai pensar, porque somos uns quantos e decidir assim por um só... e aqui, mesmo com as casas construídas, é uma coisa que a gente se sente melhor, abre mais o espaço, e aqui tem aquela coisa é tu mora lá naquela maloca, é e aqui houve um rebate muito grande sobre o planeta dos macacos, eu achava que é uma tolice muito grande porque nós não somos macacos, nós não podemos ficar com o preconceito daquilo que a gente não é, merecemos respeito/discriminação, porque a gente sozinha não pode se desenvolver, tendo que ser em grupos de estudo e em reunião, muito importante e é o que nós esperávamos resistimos e aconteceu e é maravilhoso (Giane de Jesus).

3.3 Audiovisual Sistematizando a Pesquisa

No link <https://youtu.be/PMNEtTds05Q>, apresenta-se uma outra versão da restituição da pesquisa. Desta vez, em audiovisual.

4 PERSPECTIVAS DE INTERAÇÃO DO ETNODESENVOLVIMENTO SOB O PONTO DE VISTA DA LIDERANÇA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DAS ROSAS E DO PESQUISADOR

A pesquisa-ação junto à comunidade Chácara das Rosas gerou um conhecimento compartilhado que foi restituído neste relatório de pesquisa por meio de textos e um audiovisual. A questão a ser abordada neste capítulo diz respeito ao problema de pesquisa, a saber, o que a comunidade pode fazer após a titulação em termos de etnodesenvolvimento? Como desenvolver uma vida boa, qualificada, sem perder de vista as heranças históricas e memoriais? Como visto no capítulo anterior, diversas lideranças da comunidade quilombola Chácara das Rosas apropriaram-se dos seus direitos a partir da titulação das suas terras e lutam por constituir uma realidade no presente com base nos princípios que norteiam o etnodesenvolvimento e a emancipação social.

Para os fins desta pesquisa, interessa indicar o que essas lideranças imaginam realizar em termos de produção e oferta de serviços. Um dos grandes temas nesse sentido é o trabalho da terra com investimento em venda de ervas e produtos medicinais. Mas tais ações passam também pela educação das crianças, com ênfase nas dimensões culturais do quilombo e da tradição afro-brasileira, que colaboram para o empoderamento da comunidade e para o seu etnodesenvolvimento. Assim, em parceria com as lideranças, extrapolou-se a proposição original do projeto de pesquisa, que previa a realização de um curso de extensão. Agora, a ideia é multiplicar esses cursos ao longo dos anos, assim como trabalhar para a garantia do acesso ao ensino formal para as crianças, jovens e adultos da comunidade.

Nesse processo, a Universidade La Salle é um parceiro fundamental. Seja porque conta com docentes e discentes de graduação, mestrado e doutorado aptos a colaborar nas oficinas e seminários, seja em virtude de sua condição de Instituição de Ensino Superior Comunitária. Nesse sentido, trata-se de um espaço de interseção e encontro de trajetórias que vai ao encontro das políticas do Ministério da Educação e da Lei 10.639/03, que pode ser mais bem compreendida a partir da relação que mantém entre principais indutores: as instituições de ensino aprendizado brasileira e as comunidades quilombolas.

Por isso, a pesquisa se debruçou também na interdisciplinaridade: trata-se de uma forma de sistematização das demandas e interesses que permeiam o discurso de um plano político pedagógico para o pensar e agir e ressaltam a diversidade de pontos de vista adotados pelos educadores e educandos dentro do debate organizacional e educacional comunitário

canoense e brasileiro desenvolvimentista. A interdisciplinaridade dimensiona também as diferentes experiências que cada um desses “intelectuais orgânicos”, que vivenciaram em suas trajetórias tanto experiências no contexto histórico brasileiro e canoense quanto em relação a objetivos pessoais, relacionados às suas histórias de vida. Nesse sentido, cabe considerar as diferenças significativas que eles testemunharam e buscaram transformar desde o período de fundação e afirmação territorial da Comunidade, que se relaciona ao povoamento do município de Canoas e à afirmação do Quilombo Manuel Barbosa de Gravataí no início do Século XX, passando pela forte ação de organização imobiliária em meados 1938 e chegando às tensões vividas nos últimos anos de intensa especulação imobiliária na região, que resultou, entre outras coisas, na instalação de um imponente Shopping Center praticamente em frente ao território da Comunidade. Em todos esses períodos importantes da memória social do grupo, evocaram-se diferentes relações de trabalho e de desenvolvimento: os membros da comunidade foram e são chacareiros, artesões, prestadores de serviços, serviços domésticos etc.

Educação e trabalho são, portanto, as prioridades de etnodesenvolvimento segundo as lideranças entrevistadas ao longo da pesquisa de campo de 2017. Trata-se de uma ação de inclusão, buscando associar o ensino formal à distribuição de renda e à redução das desigualdades regionais e sociais. Isto requer a busca de soluções que integrem as dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais. Assim, sugere-se que a Comunidade siga em parceria com a Universidade La Salle e com a Prefeitura de Canoas/RS a fim de ampliar suas alternativas de capacitação em áreas de trabalho formal na Indústria, Serviços, Agricultura e Comércio. Por outro lado, importará apoiar as iniciativas de trabalho e renda de com base comunitária a partir de políticas públicas do Estado. Para isso, a experiência do TECNOSOCIAL e a Incubadora de Projetos Solidários da Universidade La Salle serão de grande importância, colaborando na identificação de desafios e potencialidades e para a oferta de produtos que dialoguem com a memória e a história da Comunidade Chácara das Rosas.

A premissa que orienta tal perspectiva baseia-se nos Planos Nacional e Local de Desenvolvimento: uma ação de inclusão associando crescimento econômico, distribuição de renda e redução das desigualdades regionais e sociais. Ao mesmo tempo, a parceria deve estender-se a entidades como SENAI, SEBRAE e SESC, de maneira a abarcar as mais diferentes opções de inserção social para crianças, jovens, adultos e idosos da Comunidade Chácara das Rosas.

Antes da educação e do trabalho, porém, há ações de base que precisam ser levadas em conta, particularmente no âmbito da segurança alimentar. No Plano Brasil Quilombola (BRASIL, 2012), o Ministério do Desenvolvimento Agrário colocou-se à disposição para estimular o etnodesenvolvimento das cerca de 72.000 famílias quilombolas cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). A ênfase, porém, é para as regiões rurais. No caso da Comunidade Chácara das Rosas, que é um quilombo urbano, os desafios são diferentes. As famílias ali instaladas não dispõem das terras que poderiam lhes fornecer alimentos. Além do mais, a área encontra-se em região de intenso fluxo de automóveis – o que prejudica a qualidade dos alimentos. Portanto, é fundamental a relação com as entidades (SEBRAE, SENAI), com o Poder Público e com a Universidade para que soluções específicas e inovações tecnológicas permitam um melhor aproveitamento da terra com vistas à segurança alimentar.

O CadÚnico segue sendo um instrumento importante para a garantia de direitos para a comunidade quilombola. A partir dele, o diagnóstico das condições sociais das famílias pode chegar nas instâncias mais altas do Poder Público, o que tende a favorecer as alternativas de etnodesenvolvimento que a Comunidade desenvolve por seus próprios meios. O Cadastro Único é um meio de acessar rapidamente as informações referentes às famílias, além de facilitar a gestão de indicadores sociais por parte dos atores e gestores municipais.

Uma alternativa de etnodesenvolvimento para a Comunidade é a Economia Solidária. Nessa linha, a Comunidade pode prestar serviços diversos, produzir artesanato e vestuário ou mesmo comercializar sua produção de plantas, frutas e hortaliças. O mais importante, porém, é que a Economia Solidária fomenta uma cultura da autogestão e mobiliza capacidades locais com vistas ao bem-viver coletivo, operando em dimensões como

a) relação comunitária na busca de melhorias das condições de moradia e convívio social; b) ampliação da discussão junto ao Estado para o desenvolvimento de políticas públicas que beneficiam toda a comunidade ou território local; e c) potencializando correlações significativas para a sustentabilidade ambiental, por meio de ações que projetam o uso de produtos sustentáveis e/ou que não venham a agredir o meio ambiente (BORGES; SCHOLZ; CARGNIN, 2015, p. 118-119).

Um dos principais obstáculos a serem superados pela Comunidade é a integração como as políticas governamentais. É preciso, de um lado, fortalecer o Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola ou, mesmo, a própria Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Como se sabe, a mudança brusca de governo em 2016 prejudicou algumas linhas das políticas públicas de combate à pobreza e/ou voltadas para

grupos étnicos minoritários. Os Programas nos campos da Economia Solidária e da Agricultura Familiar estão fragilizados com as medidas de austeridade fiscal. As repercussões dessa mudança são ressentidas na Comunidade Chácara das Rosas, que busca responder orquestradamente como seus parceiros locais aos desafios impostos pelo novo Governo Federal.

Outros obstáculos a serem superados envolvem o preenchimento de critérios formais, administrativos e legais para acesso às políticas públicas, o que requererá apoio da Assessoria Jurídica da Universidade La Salle; organização em rede com outras comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul; exclusão digital, que é um dos efeitos do acesso restrito à educação formal, mas também envolve acesso à internet de banda larga; e os cortes orçamentários oriundos das medidas de austeridade, que são justificados por uma sensação de “crise” constante.

O enfrentamento de todos os obstáculos é processual e de longa duração. As alternativas de etnodesenvolvimento que figuram neste relatório de pesquisa são pontos de partida para a formulação de projetos de educação formal, de desenvolvimento comunitário e de (auto)reconhecimento cultural. Tratam-se de ideias desenvolvidas em parceria com a comunidade e em interseção com o campo de estudos da memória social; ideias emergentes e dialogadas, que visam ao etnodesenvolvimento de uma comunidade quilombola urbana e exemplar no contexto municipal e regional.

Na próxima seção, apresenta-se uma proposta de produção técnica já validada pela comunidade. Como se depreende de seu cronograma, espera-se a sua concretização ao longo do ano de 2018.

4.1 Cartilha e Curso de Capacitação em Etnodesenvolvimento Para Comunidades

Remanescentes de Quilombo – MODELO LEI ROUANET

Nome do projeto:	Cartilha e curso de capacitação em Etnodesenvolvimento para Comunidades Remanescentes de Quilombo
Área cultural:	Patrimônio Cultural
Segmento:	Cultura Afro-Brasileira

Síntese do projeto
Consiste na criação e distribuição de uma cartilha de capacitação para Comunidades Remanescentes de

Quilombo, enfocando alternativas de etnodesenvolvimento por meio da autogestão e da economia solidária. A distribuição das cartilhas impressas será acompanhada de 10 oficinas de capacitação, oferecida para grupos de 30 pessoas, com duração de 10h/aula cada. A cartilha também terá uma versão digital com usabilidade e acessibilidade plenas.

O público-alvo são pessoas que vivem ou atuam em Comunidades Remanescentes de Quilombo no Rio Grande do Sul.

Objetivos

Objetivo Geral:

Fomentar o etnodesenvolvimento de Comunidades Remanescentes de Quilombo.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver a capacidade de autodiagnóstico de Comunidades Remanescentes de Quilombo no que se refere às suas práticas tradicionais e alternativas de etnodesenvolvimento;
- Planejar ações em educação continuada e formação com vistas à constituição de produtos e serviços pautados pelo etnodesenvolvimento;
- Formalizar o associacionismo ou o cooperativismo no âmbito de uma ou de uma rede de Comunidades Remanescentes de Quilombo como forma de constituir a logística e a infraestrutura físico-financeira com vistas ao etnodesenvolvimento durável; e
- Capacitar as Comunidades Remanescentes de Quilombo em ações de expressão artísticas e culturais como meio de consolidar a marca dos produtos e serviços oferecidos e como alternativa de trabalho e renda.

Justificativa

As comunidades remanescentes de quilombo são reconhecidas como Patrimônio Cultural Brasileira pela Constituição Federal de 1988. Para substituir, utilizam as terras por elas ocupadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Mas o fazem invariavelmente tematizando memórias coletivas e culturais. Assim, mantem-se vivas as práticas culturais que evidenciam a ancestralidade negra do grupo: a exemplo do Samba de Roda e do Marinheiro, onde homens e mulheres dançam e cantam numa coreografia empolgante, em que as mulheres sambadoras parecem flutuar ao som dos instrumentos em muitos casos – mas não unicamente – confeccionadas artesanalmente, e das chulas e quadras entoadas por todos (SILVA; SILVA, 2011).

Para além de práticas culturais, a memória social de uma comunidade remanescente de quilombos ancora-se nas lembranças de luta e da fuga de escravos. Isso tensiona ainda mais a memória coletiva do grupo, que compreende uma série de relações sociais e culturais determinantes de uma experiência de identidade coletiva.

Sistematizado pelas políticas públicas brasileiras, o etnodesenvolvimento opera noções de igualdade racial e desenvolvimento étnico, que passam a ser correlacionadas a pressupostos, como: cidadania, justiça, igualdade, pluralismo, democracia. Sob esse ponto de vista, o Estado não é neutro frente às questões raciais. Ao contrário: trata-se de um indutor de novos quadros de cidadania e pluralidade cultural. Assim, ao Estado não cabe apenas divulgar ou trazer à discussão as ações afirmativas, mas deve criar condições efetivas para que indivíduos transformem suas condições de existência e autoreconhecimento, em busca de uma “democracia plena” e de uma “igualdade autêntica” (BRASIL, 2002, p. 10).

Algumas experiências vêm surgindo com imensas possibilidades de se tornarem exitosas nesta direção. A presente proposta é uma delas. A cartilha que se pretende confeccionar e distribuir norteará capacitação para

<p>Comunidades Remanescentes de Quilombo, enfocando alternativas de etnodesenvolvimento por meio da autogestão e da economia solidária. A ideia é ampliar laços, realizar conexões com diferentes setores organizados na sociedade contemporânea e, sobretudo, capacitar os remanescentes de quilombo como multiplicadores do etnodesenvolvimento e da autogestão. A unir tais ramificações, a cartilha torna-se o referencial de um processo de aprendizagem sistemático, ancorado na perspectiva didático-pedagógica da educação pelo trabalho e pela autonomia.</p>
<p>Acessibilidade</p>
<p>A cartilha será confeccionada em diversos suportes e linguagens. Além do material impresso, uma versão digital será disponibilizada na World Wide Web atendendo às Diretrizes e Técnicas Internacionais de Acessibilidade. Todas as imagens terão seus equivalentes textuais devidamente desenvolvidos. Em caso de vídeos explicativos, serão utilizadas janelas de LIBRAS.</p> <p>No caso das contrapartidas, que serão realizadas nas dependências do Unilasalle, em Canoas/RS: os espaços institucionais dispõem de rampas de acesso, sinalética adequada e lugares reservados para idosos, cadeirantes e outros portadores de deficiências. Haverá, também, monitoria com atendimento especial a idosos e portadores de deficiências. Considerando a qualidade dos cursos e o pleito de tornar-se universidade até 2018, o Unilasalle investiu e segue investindo na qualificação de seus acessos e espaços do campus, que já dispõem de pisos táteis e sinalética apropriada para colaborar e garantir a acessibilidade universal no campus.</p>
<p>Democratização de acesso</p>
<p>As cartilhas impressas serão distribuídas gratuitamente. A versão digital da cartilha será de livre acesso. Os cursos de capacitação realizados serão gratuitos. A divulgação da cartilha e das oficinas será realizada em diferentes canais: site do Unilasalle, redes do IACOREQ e de Economia Solidária, fanpages, etc.</p>
<p>Etapas de trabalho</p>
<p>CRONOGRAMA</p> <p>1) Pré-produção</p> <p>Abril a junho de 2018</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contratação de serviço contábil; - Pesquisa de campo preparatória para elaboração da cartilha; - Desenvolvimento da identidade visual do projeto; e - Desenvolvimento do plano de comunicação do projeto. <p>2) Produção</p> <p>Julho a dezembro de 2018</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confecção do boneco da cartilha; - Contratação de serviços de editoração para a cartilha; - Contratação de assessoria de comunicação digital para readequação da cartilha com vistas à usabilidade e acessibilidade universal;

<p>- Impressão das cartilhas</p> <p>- Realização das capacitações e distribuição das cartilhas.</p> <p>3) Pós-produção</p> <p>Janeiro a março de 2019</p> <p>- Apresentação do Relatório de Atividades; e</p> <p>- Apresentação da Prestação de Contas.</p>				
Ficha Técnica				
<p>Coordenação do projeto: Jorge Nascimento</p> <p>Professor de História licenciado pela Universidade La Salle (2015). Mestrando em Memória social e Bens Culturais (2016-2017). Consultor de diversos projetos relacionados à cultura afro-brasileira e ao etnodesenvolvimento.</p> <p>Consultor Técnico: Lucas Graeff</p> <p>Bolsista de produtividade do CNPq (Nível 2). Doutor em Etnologia e Sociologia Comparada pela Université Rene Descartes (Paris V, Sorbonne), com diploma revalidado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS).</p>				
Orçamento				
<i>Descrição</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor total</i>
Horas de pesquisa	Horas	40	90,00	3.600,00
Horas-aula	Horas	100	90,00	9.000,00
Confecção de cartilhas impressas	Unidade	3000	R\$ 4,50	13.500,00
Confecção de cartilhas digitais	Unidade	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
Material de consumo para as oficinas (bloco de notas e canetas)	Unidade	100	R\$ 8,00	R\$ 800,00
Assessor de comunicação	Mês	3	R\$ 400,00	R\$ 1.200,00
Contador	Mês	12	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
TOTAL				13209

Fonte: Produzido pelo autor, 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As casas de madeira da comunidade Chácara das Rosas contrastam com as construções que pululam nos arredores do território. Não apenas pelo comedimento e pela diferença no custo dos materiais, mas porque são prenhes de um significado que os suntuosos casarões e pródigos edifícios são incapazes de gerar: o das lutas pela conquista da terra e da positivação de uma identidade étnica. Seu núcleo fundador é um casal que se conheceu em um território negro anterior – o quilombo Manoel da Rosa, em Gravataí. Dali, o casal trouxe consigo a memória do passado escravista e conhecimentos tradicionais que acompanhariam toda a linhagem das atuais quinze famílias que ocupam a Chácara. Em comunidade, cultivaram hortas, criaram animais de pequeno porte, plantaram rosas e se organizaram em torno de expressões da religiosidade e da cultura afro-brasileira.

Mas conquista desse território é decisiva não apenas para essas famílias, mas para o bairro em que a comunidade Chácara das Rosas se inscreve. Os contrastes entre suas casas e as das vizinhanças, assim como as suas maneiras características de viver e de se organizar como grupo social em uma grande cidade, são sinais diacríticos da diversidade de matizes e matrizes que compõem a sociedade brasileira. Sob esse ponto de vista, os descendentes de José e Rosa de Jesus nos ensinam como são geradas fronteiras étnicas e como, ontem e hoje, efetivam-se práticas de espoliação e conquista do espaço urbano. Ensinam-nos, também, que a formação de um bairro nunca é livre de conflitos. Como escrevem os autores do Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural, a “urbanização abrupta, especulação imobiliária, estigmatização etno-racial e perdas territoriais que conformam o território reivindicado” (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2007, p. 205). Essa conformação não é exclusiva do caso da Chácara das Rosas, apresentando-se com variações em diversas cidades brasileiras – e, porque não dizer, em diversos bairros de Canoas.

A herança cultural da comunidade de remanescentes de quilombo Chácara das Rosas consiste nisto: dar a ver e a conhecer às gerações futuras uma das formas típicas dos processos de urbanização e europeização que caracteriza a sociedade brasileira. Essa visibilização deve ser assumida como um dever civilizatório. Seja porque, como sugere Ana Paula Comin, “a invisibilidade a que está sujeita a população negra [...] é uma estratégia por parte do Estado e da sociedade brasileira em geral que visa ocultar a diversidade étnica do grupo negro” (COMIN, 2005, p. 179). Seja, por outro lado, porque a realidade socioeconômica e cultural do quilombo Chácara das Rosas nos ensinam sobre formas alternativas de organização social e

sociabilidade. A questão, agora, é como seguir transmitindo esta herança face a novas responsabilidades e desafios do momento pós-titulação, em particular buscando oportunidades originais de melhoria nas condições de vida das pessoas que ali vivem.

O trabalho realizado ao longo do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais foi ao mesmo tempo exaustivo e prazeroso. Iniciou com o mapeamento de comunidades quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul e acabou sendo circunscrito ao quilombo Chácara das Rosas de Canoas. Assim, foi possível conhecer mais profundamente esta comunidade tradicional canoense na região da grande Porto Alegre e estabelecer as bases para ações de etnodesenvolvimento e economia solidária. Nesse sentido, pôde-se refletir sobre o etnodesenvolvimento na interseção com a memória social e as práticas das famílias que habitam o território e se autoreconhecem como descendentes de quilombos.

Culturalmente, o quilombo como concepção e elemento de organização destitui e institui contemporaneamente mitos e estereótipos, as marcas rastros e pegadas da memória social e da identidade negras no Brasil. Esses mitos e estereótipos são elementos de ressignificação que dialogam com aspectos socioeconômicos, políticos e culturais. Não se tratam de uma utopia, portanto, mas de uma construção social dos indivíduos e de suas relações sociais e culturais, sendo em virtude dessa construção que se transmite valores simbólicos e os direitos de uma existência digna e solidária.

Foi no processo ocidental de organização socioeconômica, política e culturalmente colonial que ocorreu uma divisão cultural onde estabeleceu-se o estranhamento ao diferente, passando-se assim a discriminá-lo como um ser sem cultura, e passando a desqualificar assim; como coisa, um semovente. O etnodesenvolvimento responde a esse processo colonizatório: trata-se de um processo de práticas que promovem culturalmente o grupo, promovendo uma práxis que privilegie o desenvolvimento da vida e liberdade através de uma memória social articuladora e promotora de atos de reconhecimento e autoreconhecimento. Memória social e etnodesenvolvimento, portanto, promovem o quilombo como legado comum, ao mesmo tempo em que organizam uma proposta estratégica de ação e transformação social.

O bem-viver na Comunidade Chácara das Rosas passa, portanto, pelo aprofundamento dos conceitos aqui tratados e pela construção de novas ideias e alternativas existenciais, na busca de novos que traduzam e soluções para os obstáculos que teimam em pulverizar a experiência comunitária e a perspectiva cultural dos grupos que habitam aquele território. Trata-se, enfim, de buscar e propor uma nova ética e estética como forma de dialogar nos assuntos que regem o nosso dia-a-dia como: a democracia a economia incluyente e ou

solidaria, aos negros e negras, povos indígenas e povos tradicionais, novos movimentos sociais em busca de representação e cidadania que atribuam novas competências ao Estado e as políticas públicas são desafios atuais e futuros do etnodesenvolvimentismo humanamente econômico solidário.

REFERÊNCIAS

ARRUTI. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

BORGES, Maria de L.; SCHOLZ, Robinson H.; CARGNIN, Tiago M. Estratégia-como-prática na economia solidária: resultados e ações de catadores de uma cooperativa. **Desenvolvimento em Questão**, v. Ano 13, p. 108-142, 2015.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

_____. **Plano Brasil Quilombola**. Diagnóstico de Ações Realizadas. Julho de 2012. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/destaques/diagnosco-do-programa-brasil-quilombola-2012-atualizado/view>. 2005>.

_____. **O que significa desintrusão?** Disponível em: <<http://www.maraiwatsede.org.br/content/o-que-significa-desintrus%C3%A3o>>. 2014. Acesso em: 30 nov. 2017.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio (Org.). **Estatísticas nas Américas**: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, p. 229-263. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=244323&view=detalhes>.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CRUZ, Andréia Gomes da. Os embates em torno da história: ações afirmativas e o dever de memória. **Revista Memorare**, Tubarão. v. 2, n. 1, p. 1-17 set./dez, 2014.

FARIA, Ivani Ferreira de. “Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas”. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 3, n.1, pp. 63-77, 2005.

GOOGLE IMAGENS. Imagem antiga do Quilombo Chácara das Rosas. Disponível em: <<https://images.google.com>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

GOOGLE IMAGENS. Mapa atual do Quilombo Chácara das Rosas. Disponível em: <<https://images.google.com>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

GONDAR, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GRAEFF, L.. Quando durar é recomeçar: a narrativa de vida como intuição do presente. **Mouseion** (UniLasalle), v. 7, p. 28-41, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEDLOWSKI, P.. Memória e mídia: uma perspectiva sociológica. In C. P. de Sá (Org.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 87-98.

MATTOS, Hebe. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memórias do cativo e políticas públicas de reparação no Brasil. **Rev. USP**, nº. 68. Dez-jan-fev. 2005 e 2006.

NASCIMENTO, Jorge Luiz da Silva; GRAEFF, Lucas. Chácara das Rosas: legado cultural e etnodesenvolvimento. In: Seminário Nilo Feijó: da escravização à reparação no Rio Grande do Sul, 2016, Porto Alegre. **Anais do Seminário Nilo Feijó**: da escravização à reparação no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: OAB/RS, 2016. v. 1. p. 1-10.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: PUCSP, n. 10. dez. 1993.

OBSERVATÓRIO UNILASALLE. Alternativas de Etnodesenvolvimento na Comunidade Chácara das Rosas em Canoas/RS. Disponível em: <<https://youtu.be/PMNEtTds05Q>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombo**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169, de 27 de junho de 1989**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>.

PIRES, Paulo. **Chácara das Rosas**. 2015. Disponível em: <http://www.diariodecanoas.com.br/_conteudo/2015/11/noticias/regiao/242125-serie-nossas-raizes-o-primeiro-quilombo-urbano-do-brasil.html>. Acesso em: 02 dez. 2017.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RODRIGUES, Vera; OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural**. Porto Alegre: INCRA/UFRGS, 2005. 230f.

SÁ, C. P.. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 20(2), p. 289-294, 2007.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira De. A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições

Teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V – Nº 10 – 1º Semestre de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>>. Acesso em: fev. 2018.

SILVA, Daniela Santos da. **A luta dos moradores do Quilombo da Família Fidelix (Porto Alegre/RS) pela regularização fundiária**. Dissertação de Mestrado em administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Egnaldo Rocha da; SILVA, Eduardo Pereira. Memória e a construção social da identidade dos remanescentes quilombolas. **Revista África e Africanidades** - Ano III - n. 12 – fev. 2011. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 13-56, 1985.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa Ação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos. In: Lima, Antônio Carlos de e Barroso-Hoffmann, Maria. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas** – bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa. Livraria/LACED, 2002.